



## Sumário

Retificação de Edição Anterior	01
Atos do Chefe do Poder Executivo	01
Publicações de Pessoas Físicas	02

## Retificação de Edição Anterior

### ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

Errata da publicação de extrato de contrato, publicado no dia 24/02/2023 no DOEM - Pág. 2- Edição nº 1205 Referente ao extrato de contrato.

Processo Administrativo Nº 015/2023.

Contrato nº 020/2023

ONDE SE LÊ:

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Fonte de Recurso: 1.500.1002

Dotação orçamentaria: 07.01.10.122.2704.2.153 Valor 57.101,16 (cinquenta e sete mil cento e um reais e dezesseis reais)

LEIA-SE:

Natureza da Despesa: 4.4.90.51.91- Fonte de recurso 1.500.1002

Dotação orçamentaria 07.01.10.302.2704.1.121 valor 20.000,00 (vinte mil reais)

Natureza da Despesa: 4.4.90.51.91- Fonte de recurso 2.755.0000

Dotação orçamentaria 07.01.10.302.2704.1.121 - valor 37.101,16 (trinta e sete mil cento e um reais e dezesseis centavos)

Itacajá-TO – TO, 17 de maio de 2023.

Gustavo Guimaraes Paiva  
Secretário de FMS

## Atos do Chefe do Poder Executivo

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 041/2023

#### DISPENSA Nº 028/2023

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAJÁ, CNPJ: 02.411.726/0001-42.

Contratado: RONIMAR JOSE DE OLIVEIRA, CPF: 617.696.571-34

Objeto: Contratação de pessoa física para prestação de serviços de arbitragem de futebol de campo, para os vinte e três jogos, que ocorrerá no Campeonato Municipal de Itacajá-TO.

Valor do contrato: R\$ 10.856,00 (dez mil, oitocentos e cinquenta e seis reais)

Natureza da Despesa: 3.3.90.36 Fonte de Recurso: 1.500

Data da assinatura: 12/05/2023

Vigência: 12 de maio de 2023 a 31 de julho de 2023.

Dotação orçamentária: 03.26.27.812.1143.2.150

Signatários: Maria Aparecida Lima Rocha Costa – Prefeita Municipal

Ronimar José de Oliveira - Contratado.

Itacajá – TO, 17 de maio de 2023.

Maria Aparecida Lima Rocha Costa  
Prefeita Municipal

## Publicações de Pessoas Físicas e Jurídicas

CENTRO EDUCACIONAL TRÊS MARIAS EIRELI

FACULDADE TRÊS MARIAS – FTM

PÓS-GRADUAÇÃO EM: PSICOPEDAGOGIA

INSTITUCIONAL, CLINICA E HOSPITALAR

JUCILENY FRANCISCA DE OLIVEIRA

PLANO DE AÇÃO: INCLUSÃO ESCOLAR E AUTISMO:  
UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOCENTE E



## PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

## ITACAJÁ/TOCANTINS

2023

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO-----	3
2. OBSERVAÇÕES DOS CASOS DE ESTUDOS -----	4
3. Relato de Experiência na área de atuação (CASO HOUVER) -----	6
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	7
5. REFERÊNCIAS-----	8
1. INTRODUÇÃO	

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) envolve um conjunto de transtornos neurodesenvolvimentais de causas orgânicas, caracterizado por dificuldades de interação e comunicação que podem vir associadas a alterações sensoriais, comportamentos estereotipados e/ou interesses restritos. Sua manifestação é muito diversa e seus sinais, embora comumente presentes na infância, podem surgir somente quando as demandas sociais extrapolarem os limites de suas capacidades (American Psychiatric Association, 2013).

Destaca-se a escola que, à luz das políticas inclusivas atuais, visa ampliar o acesso desses educandos às classes regulares. Em termos legais, três documentos alicerçam essa prática. Primeiramente, ressalta-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que inclui esse alunado como público-alvo da educação especial (Brasil, 2008b). Em seguida, assinala-se a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista que, dentre suas diretrizes, trata do incentivo à formação e capacitação de profissionais especializados no atendimento a essa população (Brasil, 2012). Por fim, destaca-se a Nota Técnica n. 24, emitida pelo Ministério de Educação, que orienta os sistemas de ensino a efetivarem ações para a inclusão da pessoa com TEA (Brasil, 2012). Apesar do direito legal de acesso à educação, a presença desse alunado na classe comum permanece um desafio aos educadores (Nunes, Azevedo, & Schmidt, 2013). Nessa perspectiva, diversos estudos nacionais, produzidos nos últimos dez anos, têm investigado as concepções e práticas de professores sobre a escolarização de educandos com TEA em contextos regulares de ensino (Alves, 2005; Camargo & Bosa, 2009; Fonseca, 2009; Goes, 2012; Gomes & Mendes, 2010; Gomide, 2009; Martins, 2007; Pimentel & Fernandes, 2014; Rodrigues, Moreira, & Lerner, 2012; Salgado, 2012; Santos, 2009). Essas pesquisas revelam que o sentimento de despreparo tem sido prevalente entre os professores de educandos com autismo, que atuam no contexto da sala de aula regular (Pimentel &

Fernandes, 2014; Salgado, 2012). Nesse cenário, embora muitos docentes afirmem serem favoráveis à inclusão, outros alegam que a escola inclusiva seja inviável ao aluno com autismo (Salgado, 2012). A falta de conhecimento, resultante de lacunas na formação inicial e continuada e, particularmente, percepções romantizadas do autista, como um ser preso a um mundo próprio e inacessível, parecem negativamente impactar a prática pedagógica dos docentes (Alves, 2005; Camargo & Bosa, 2009; Martins, 2007). A baixa expectativa

acadêmica associada à ideia de escola como “espaço para a socialização” do educando parecem limitar o acesso dessa população ao currículo regular (Gomes & Mendes, 2010; Martins, 2007). Nessa perspectiva, os professores raramente fazem ajustes aos currículos ou realizam adaptações curriculares adequadas (Gomes & Mendes, 2010; Martins, 2007). Adicionalmente, alguns estudos salientam que os docentes enfatizam a aprendizagem de habilidades funcionais, em detrimento de conteúdos formais (Gomide, 2009).

Como resultado, muitos educandos encontram-se defasados academicamente (Gomes & Mendes, 2010; Rodrigues, Moreira, & Lerner, 2012).

## 2. OBSERVAÇÕES DOS CASOS DE ESTUDOS

A percepção positiva dos professores em relação a seu aluno com autismo é um elemento fundamental para o sucesso de sua inclusão escolar (Cassady, 2011). Nesse sentido, prover suporte e orientação aos professores, fornecer uma melhor compreensão das necessidades do aluno e avaliar as estratégias eficazes para seu aprendizado são passos importantes para construção da inclusão (Cassady, 2011; Nunes, Azevedo, & Schmidt, 2013).

Uma das questões importantes a considerar em contextos inclusivos de ensino é a interação com pares, temática pouco abordada pelos docentes neste estudo. A interação de educandos com autismo com outro que muitos manifestem comportamentos de adaptativos como uma tentativa de interação (Chamberlain, Kasari, & Rotheram-Fuller, 2007). Conforme Camargo e Bossa (2009) revelam, a convivência da criança com autismo com pares da mesma idade constitui-se em uma oportunidade para o melhor desenvolvimento de competências e habilidades sociais, o que, por sua vez, poderá ter um impacto positivo em suas condições de aprendizagem e no desenvolvimento emocional.

Com base nesses achados, um cenário preocupante é formado ao tomar como eixos de análise as concepções e práticas docentes no processo de inclusão educacional de alunos com TEA. As lacunas na formação de professores, particularmente,



em relação ao conhecimento necessário para a escolarização do aluno com autismo são predominantes nas falas dos profissionais retratados nessa investigação.

Na formação das professoras, tanto inicial como continuada, há que se trabalhar projetos pedagógicos definidos e estruturados tanto a nível de ensino superior como a

nível de formação continuada. Outro ponto importante é o conhecimento das características comuns aos alunos com autismo a fim de que a professora possa melhor interagir e se comunicar com eles, além de atender às suas necessidades educacionais especiais. Outro aspecto essencial ao processo de formação, destacado na entrevista, é o de se desenvolver e avaliar estratégias adequadas de atuação pedagógica em sala de aula, respondendo às necessidades educacionais das crianças, sem, no entanto, utilizar “receitas prontas”. Essas ponderações feitas pela entrevistada nos remete a estratégias propostas por Menezes (2013) que incluem, segundo essa autora: conquistar a confiança do aluno; identificar a melhor forma de comunicar com ele; adequar o espaço físico da sala de aula, preferencialmente dispondo as carteiras em forma de U para facilitar o contato visual; organizar rotineiramente atividades que viabilizem a interação e o contato “olho no olho”; utilizar fotos e imagens; tentar reduzir o apego exagerado à rotina; conhecer as preferências do aluno; propiciar a solução de problemas por etapas; trabalhar conteúdos matemáticos fazendo uso de comparação, seriação e categorização, dentre outros.

Por outro lado, o apoio familiar foi a área em que os professores mais disseram encontrar meios facilitadores para o seu trabalho. Assim, verificando o grau de relação entre o apoio familiar e as variáveis “infraestrutura”, “auxílio de outros profissionais”, aprimoramento profissional” e “apoio da diretoria”, constatou-se que não houve associação significativa. Apenas o item “material didático” teve correlação negativa significativa com o apoio familiar.

Em face do exposto, cumpre ressaltar a necessidade de um maior suporte técnico- pedagógico aos docentes, de uma estrutura e organização escolar focada em princípios inclusivos e a consolidação da parceria entre a família e a escola. Esses são componentes recorrentemente citados na literatura e identificados nas falas analisadas como fatores de sucesso para inclusão escolar, que favorecem que as crianças com autismo tenham experiências exitosas tanto do ponto de vista da socialização quanto do aprendizado (Hansen, Blakely, Dolata, Raulston, & Machalicek, 2014). À medida que os professores sentirem -se acolhidos em suas angústias e dúvidas e apoiados em suas decisões pedagógicas, poderão incorporar novas estratégias e (re)construir suas práticas na direção da inclusão de todos seus alunos.

### 3. Relato de Experiência na área de atuação (CASO HOUVER)

Observou-se que, em relação à infraestrutura, aprimoramento profissional e apoio da diretoria ocorreu diferença significativa, ou seja, considerou-se que o material didático realmente precisa ser modificado, para que os professores possam melhorar a qualidade do trabalho que realizam com seus alunos. A análise aplicada entre os itens “material didático” e “auxílio de outros profissionais” não revelou diferença significativa.

Nesse sentido, o sentimento de impotência, frustração e desamparo dos professores, associado ao medo de lidar com determinados comportamentos do aluno parece indicar um descrédito em suas próprias capacidades para adotar práticas educacionais eficazes.

Levando em conta a formação profissional, inicial e continuada, a maioria das professoras afirmou estarem completamente despreparadas para lidar com crianças com TEA; outras declararam ter um preparo mediano ou conhecimentos muito superficiais sobre o autismo, não estando, portanto, adequadamente capacitadas para trabalhar junto a crianças com autismo. Constatou-se, pois, que nenhuma das professoras se mostrou preparada para trabalhar junto a crianças com autismo, o que é um dado preocupante. O TEA ainda é, para a maioria das professoras, uma grande interrogação que intervenção. A criança com autismo integra um grupo de crianças com características diferentes e o professor frente a essa nova experiência, normalmente defronta-se com muitas dificuldades que podem fazer surgir sentimentos de incapacidade e frustração caso não estejam preparados para lidar com estas crianças.

Considerada a mais eficaz no desenvolvimento de forte senso de auto eficácia, a ação direta diz respeito às experiências de sucessos ou falhas vividas pelo professor, que, no cenário analisado, mostrou -se predominantemente fragilizada pelo uso de práticas pedagógicas inefetivas. As experiências vicárias, que também alicerçam as crenças, dizem respeito à aprendizagem por observação de modelos sociais. Os relatos desse estudo revelam expressivas lacunas na formação inicial dos professores, sugerindo pouco contato com o universo do autismo nos cursos de Pedagogia.

Por fim, os estados afetivos, que alicerçam as crenças, também se mostram fragilizados, não só pelos sentimento de impotência docente, mas pelas características dos educandos. Aliada à frustração e desamparo detectados nas falas dos

docentes, existe a imprevisibilidade comportamental, muitas vezes, intrínseca ao educando com TEA.

Os docentes afetivamente vulneráveis tendem a não acreditar que suas práticas possam favorecer a aprendizagem dos alunos. Por outro lado, a identificação de recursos que auxiliaram os professores em sua prática docente, como a disponibilidade emocional com o aluno e crenças centradas nas potencialidades desses, por meio da persistência no ensino, pode constituir uma fonte importante de empoderamento e incremento do senso de auto eficácia.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os estudos realizados, é possível considerar que mesmo após milhares de anos de exclusão, as pessoas com necessidades especiais, sejam elas física ou psíquica, começa a desaparecer. No último século a humanidade, representada por instituições, governantes ou benfeitores civis, elaborou várias propostas com a finalidade acabar com a segregação de pessoas com condições de diversidade ou de vulnerabilidade social.

Deste então, muito tem sido feito com a finalidade de alcançar o objetivo estabelecido pela Declaração de Salamanca, um documento gerado de uma conferência envolvendo vários países e que se tornou o principal documento existente representando a finalidade de acabar com a inclusão de pessoas ditas especiais ou em condições de exclusão.

O principal método a ser utilizado com o objetivo de incluir essas pessoas é a educação. Através da educação é possível reformular ideias, conceitos e vidas, por isso, há tamanha necessidade em acabar com a exclusão e também com os preconceitos inerentes das diversidades. Já que segundo alguns autores tudo que é diferente é alvo de preconceitos.

Como a proposta da inclusão é educacional, resta para as escolas e principalmente para o professor o difícil desafio desse trabalho de inclusão. Para isso foram feitas várias leis e normativas que além de assegurar o direito a essas pessoas de frequentar salas de aula com crianças normais, norteiam os rumos que os professores e as escolas para conseguir alcançar essa educação.

É fato que muito já foi feito, para alcançar esse objetivo, mas muito mais

ainda precisa ser feito, pois este é um caminho longo e que demanda muita preparação.

Muitos autores apontam que a educação especial no Brasil está longe de chegar ao patamar ideal e que para alcançar muito ainda deve ser feito, contudo citam as políticas educacionais públicas como responsável pela ineficiência da implantação do

projeto.

Apesar de autores dizerem que a Educação inclusiva tem sido ineficiente, é crescente o número de matrículas de alunos portadores de necessidades especiais nas escolas públicas, o que remete que esta é uma necessidade social sem volta, portanto é preciso que ela se readapte ou se reinvente para atender a demanda de alunos que necessitam desse tipo de educação.

Este estudo foi muito esclarecedor sobre as questões atuais referentes a Educação Inclusiva, contudo, é importante frisar que ela ainda está andando no rumo do seu ideal e necessário e que precisa de muitas análises quanto ao seu desenvolvimento.

#### 5. REFERÊNCIAS

BRASIL (2008B). MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008a. Recuperado em 13 abril, 2016, de [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Brasil (2012). Data de acesso 24/03/2023.

LEI N. 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 88 da Lei n. 8.112, de 11 dezembro de 1990. Recuperado em 27 dezembro, 2016, de [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Data de acesso 24/03/2023.

PIMENTEL, A. G. L., & FERNANDES, F. D. M. (2014). A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo. <https://www.scielo.br/j/acr/a/S9vVj4QZJHQrnsZy3Tx55Tj/?format=pdf&lang=pt>. Data de acesso 24/03/2023.

SALGADO, A. M. (2012). Impasses e passos na inclusão escolar de crianças autistas e psicóticas: o trabalho do professor e o olhar para o sujeito. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Brasil. Data de acesso 24/03/2023.





**Diário Oficial Eletrônico  
do Município de Itacajá**

Prefeitura Municipal de Itacajá

Avenida Paulo Falcão Teixeira, 403 – Centro –

CEP 77720-000 – Itacajá -TO

**Maria Aparecida Lima Rocha Costa**

Prefeito Municipal

**Itallo Brasil Costa Campos**

Secretário de Administração

